



1  
2  
3 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
4  
5  
6  
7  
8  
9

10  
11 **Ata da 23ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de**  
12 **Relações do Trabalho**  
13  
14  
15  
16  
17  
18

19  
20 **Ata da ordem do dia 14 de maio de 2015**  
21

22  
23 **Brasília – DF**

24

25 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

26

27 **Ata da 23ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Relações do Trabalho**

28 **Data:** 14/05/2015

29 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego – Bloco F - Edifício Sede – Sala 433

30 Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e quinze teve início a 23ª Reunião Ordinária do Pleno  
31 do CRT, sob a Coordenação do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, representante da SRT/MTE.

32 Estiveram presentes os seguintes participantes: Alex Sandro Gonçalves Pereira - GM/MTE; Paulo  
33 Sérgio de Almeida - SIT/MTE; Danielle Kineipp de Souza - SPPE/MTE; Eudes da Silva Carneiro -

34 SRT/MTE; Mariana Ulhoa de Faria Quintaneiro - SE/MTE; Roberto Marinho Alves da Silva -  
35 SENAES/MTE; Pascoal Carneiro - CTB; Wagner Gomes - CTB; Valeir Ertle - CUT; Elias

36 D'Ângelo Borges - CUT; Luís Carlos Silva Barbosa - FS; Sebastião José da Silva - NCST;  
37 Agilberto Seródio - NCST; Marcello José Pinho Filho - CNI; Rafael Ernesto Kieckbusch -CNI;

38 Willian Soares de Oliveira - CNCOOP; João Adilberto Pereira Xavier - CNS; Danilo Piva Junior -  
39 CNTUR; Alain Alpin Mac Gregor - CNC; Magnus Ribas Apostólico - CONSIF; Pablo Rolim

40 Carneiro - CNI; Admilson Moreira dos Santos, Representante da SRT; Monique Moura -  
41 SRT/MTE;. **ABERTURA:** O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo iniciou a reunião

42 cumprimentando a todos e lembrou que, como combinaram na última Reunião Ordinária e na  
43 Extraordinária, a ideia é realizar uma limpeza na pauta do Conselho, encerrar os procedimentos e as

44 questões pendentes e discutir o Decreto que instituiu o Conselho Nacional do Trabalho, visando  
45 transformar o CRT em CNT ou o CNT em CRT. Arrazoou que trouxeram como pauta a

46 apresentação de relatórios dos vários Grupos de Trabalho, além de outros vários itens e que,  
47 possuem pendente um diálogo com o Professor Paul Singer sobre a economia solidária, como tema

48 de pauta de outras Secretarias, que será realizado na próxima reunião. Seguindo para a apresentação  
49 do Plano Nacional de Combate à Informalidade do Trabalhador Empregado – PLANCIT, o Sr.

50 Paulo Sérgio de Almeida ponderou que em 2014 houve uma apresentação neste Conselho sobre  
51 essa iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego de criar um programa que pudesse reforçar a

52 capacidade de fiscalização em setores em que o mapeamento da informalidade no Brasil seja mais  
53 relevante. O Sr. Luiz Henrique Ramos Lopes cumprimentou a todos e explanou que não haverá uma

54 apresentação de fato, e sim uma prestação de contas, porque em 2014 já foi realizada uma  
55 apresentação do PLANCIT. Postulou que em fevereiro lançaram a etapa de 2015, a etapa de

56 fiscalização, iniciando uma ação forte em todo o Brasil por parte desse Plano Nacional e informou  
57 que desde novembro de 2014 estão encaminhando cartas para diversas empresas sobre como devem  
58 agir com relação à informalidade. Relatou que a pedido do CRT estão presentes nesta reunião para  
59 tentar fechar as oficinas e consensuar quais seriam as prioritárias e que, pelo mapa, o setor agrícola  
60 é o mais preocupante, pois possui uma taxa de informalidade perto de 60%, mas destacou que nada  
61 impede que outros setores como comércio e construção tenham casos de informalidade. O Sr. Paulo  
62 Sérgio de Almeida compreendeu que é fundamental notificar uma quantidade grande de empresas  
63 onde exista a informalidade, no sentido de que existe o Plano e que a fiscalização intensificará as  
64 suas ações, criando uma nova ação de inspeção no trabalho. Elucidou que esse programa possui  
65 dificuldades operacionais, já que existem 1000 cargos vagos na Auditoria Fiscal do Trabalho,  
66 porém, está sendo executado. Arrazou que possuem uma meta de 400 mil registros enfrentados  
67 pelos Auditores Fiscais do Trabalho em 2015 e que a ideia é criar oficinas setoriais para debaterem  
68 sobre o mesmo. O Sr. Pascoal Carneiro ressaltou que é importante a fiscalização do Ministério do  
69 Trabalho para coibir a concorrência desleal, porque no momento que existe trabalho informal em  
70 uma empresa, a outra que não possui acaba sendo penalizada. Discorreu que as Centrais Sindicais  
71 sempre reivindicaram a realização de concurso para a contratação de mais Auditores e inferiu que  
72 seria interessante, pela experiência que pudessem dizer os setores nos quais entendem que devem  
73 iniciar as oficinas. O Sr. Luís Carlos Barbosa ponderou que defendem não apenas a realização do  
74 concurso público para auditores fiscais, mas também para trabalhadores na área administrativa e  
75 que, existem mais de 2000 municípios no Brasil que não sofreram nenhuma fiscalização até esse  
76 momento. Intuiu que é louvável a atividade do Ministério de se qualificar para poder atuar  
77 efetivamente, e que deve ser trabalhado para que o mesmo se estruture. O Sr. Elias D'Ângelo  
78 Borges reforçou que a informalidade no campo é de mais de 60% no Brasil, sendo que em algumas  
79 regiões como no Nordeste é de mais de 90% e entendeu que a ação tem um significado importante  
80 também de conscientização para que o trabalhador seja formalizado. O Sr. Valeir Ertle  
81 compreendeu que esse tema é muito importante e que não adianta criarem o piso do trabalho para  
82 discutir em todo Brasil se não discutirem urgentemente a reestruturação do Ministério do Trabalho.  
83 Intuiu que tanto a Bancada dos Trabalhadores, como a Bancada dos Empregadores podem formular  
84 um documento e enviar para a Presidenta Dilma sobre a importância desse Ministério e articulou  
85 que precisa ter uma estrutura mínima para ajudar a combater a informalidade. O Sr. Paulo Sérgio de  
86 Almeida inferiu que ninguém é contra realizarem um programa que busque melhorar a condição de

87 emprego e retirar da informalidade uma grande parcela de trabalhadores e que a questão citada  
88 sobre condicionantes que afetam a probabilidade de sucesso do programa, afeta também várias  
89 áreas do Ministério, tendo impacto na aplicação das Políticas Públicas desenvolvidas. Informou que  
90 o Sr. Nelson Barbosa tem declarado que vai autorizar o concurso para auditores fiscais e que, estão  
91 pleiteando a possibilidade de contratação de 208 novos servidores administrativos. Propôs que  
92 pudessem aprovar no Plenário a realização das oficinas com a ressalva de problemas de estruturas  
93 que certamente terão impacto. O Sr. Alain Alpin Mac Gregor postulou que seria importante enviar o  
94 mapeamento para as Bancadas para que cada uma refletisse com as suas bases, pois não possuem  
95 informação para poder definir a agenda neste momento. O Sr. Pascoal Carneiro relatou que a  
96 Bancada dos Trabalhadores concorda com o encaminhamento do Sr. Alain Alpin Mac Gregor e  
97 sugeriu elaborarem um documento conjunto das Bancadas, ao invés de um por cada Bancada, para  
98 dar mais força política. O Sr. Alain Alpin Mac Gregor arrazoou que tem que ser avaliada a questão  
99 da elaboração de um documento conjunto, pois compreendeu que ultrapassa a autonomia que  
100 possuem na Bancada. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida esclareceu que o Plano de Combate à  
101 Informalidade tem o objetivo de entender a realidade onde a informalidade ocorre e buscar  
102 estruturar as melhores políticas para atuar nessa questão e entendeu que não dá para definir um  
103 calendário, pois é necessário ter um compartilhamento mais amplo das informações. O Sr. Luiz  
104 Henrique Ramos Lopes informou que o setor agrícola é o que está com a maior informalidade, mas  
105 pela relevância e pela capilaridade o setor da construção e do comércio seria estratégico e sugeriu  
106 que cada Bancada enviasse até a semana que vem um representante que possa abrir um diálogo com  
107 SIT, para que possam fazer a definição do calendário. Os participantes concordam com a proposta e  
108 o Sr. Paulo Sérgio de Almeida discorreu que serão disponibilizados os dados e as informações e  
109 que, na próxima reunião do CRT será chancelada essa decisão. Com relação à Moção, ponderou que  
110 ficará em aberto para as Bancadas dialogarem e decidirem qual será a melhor forma de encaminhar  
111 esse tema. Prosseguindo para a apresentação do Grupo de Trabalho: Regulamentação da  
112 Autorização Temporária de Trabalho aos Domingos e Feriados Cívicos e Religiosos, a Sra. Monique  
113 Moura ponderou que instalaram esse Grupo no final de setembro de 2014 e realizaram 10 reuniões  
114 formais. Informou que debruçaram sobre mais de 10 propostas de texto e que, o Grupo teve um  
115 resultado bem positivo, a seu ver, embora não tenham chegado em 100% de consenso dos pontos.  
116 Explanou que possuem uma proposta de Portaria com 15 ou 16 Artigos, sendo que houve um ponto  
117 forte de dissenso entre as Bancadas e que, existem alguns procedimentos inovadores, ou seja, hoje

118 os Empregadores solicitam a autorização para o trabalho aos domingos e feriados diretamente ao  
119 Ministério do Trabalho e o Ministério do Trabalho com uma imputação prévia e com uma análise  
120 da fiscalização responde ao empregador se decide autorizar ou não esse trabalho. Ilustrou que essa  
121 autorização é feita somente para aquelas atividades que não possuem uma autorização legislativa  
122 para funcionar e que a proposta de Portaria privilegia a autonomia negocial dos empregadores e  
123 empregados. Explicou que sendo acatada a proposta pelo Ministro, haverá duas modalidades de  
124 solicitação de autorização para os trabalhos aos domingos e feriados: uma por meio da elaboração de  
125 um acordo coletivo específico, em que deve se preencher alguns requisitos que estão previstos e  
126 outra por meio de autorização administrativa, em que o empregador pode protocolar uma solicitação  
127 de autorização na Superintendência. Esclareceu que a única diferença que prevê nessa Portaria, é  
128 que os Sindicatos dos Empregados, a partir da aprovação do texto, precisam ser informados do  
129 pedido. Notificou que o Grupo entende que é um texto completo e que atenderá as necessidades do  
130 setor e distribuiu a versão final do texto para os participantes. O Sr. Pablo Rolim Carneiro arrazoou  
131 que o Grupo de Trabalho trabalhou com muito afinco na busca de resultados e registrou que as duas  
132 alternativas que foram construídas no GT, em especial a valorização da negociação coletiva como  
133 uma forma de autorização automática entre empregadores e sindicatos é algo também a ser muito  
134 elogiado, como também a manutenção de uma forma técnica. Ressaltou que realmente em alguns  
135 pontos não houve consenso, sendo que um dos pontos que os Empregadores trouxeram era a  
136 questão de prazo para avaliação, no caso do pedido de autorização por meio da Inspeção do  
137 Trabalho. Com relação ao relatório compreendeu que de forma geral atende bem ao que foi o  
138 trabalho do Grupo, visto que há alguns ajustes pontuais a serem feitos. O Sr. Valeir Ertle entendeu  
139 que houve uma participação efetiva das três Bancadas, sendo que o Ministério do Trabalho foi  
140 mediador interessante, e discorreu que espera que 90% das liberações de trabalho sejam através do  
141 acordo coletivo, pois os sindicatos possuem a responsabilidade de realizar um bom acordo. O Sr.  
142 Pascoal Carneiro discorreu que houve uma preocupação da Bancada dos Trabalhadores de citar na  
143 Portaria qual Artigo da CLT a que se refere ao fazer os acordos. O Sr. Luís Carlos Barbosa  
144 ponderou que tiveram um debate na reunião da Câmara no sentido de que a Portaria 3118/89 se  
145 referia aos Artigos 68 e 70 da CLT, que autorizam o Ministro, naquelas atividades, autorizar ou  
146 permitir que o Ministro possa autorizar o funcionamento, e elucidou que para evitar qualquer tipo  
147 de problema, foi sugerida a inserção dos Artigos 68 e 70 para fortalecer exatamente quais são as  
148 atividades. Parabenizou o Grupo por parte da Força Sindical, pelo desenvolvimento do trabalho.

149 Não havendo mais nenhum comentário, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida compreendeu que o trabalho  
150 apresentado pelo Grupo é aprovável e explicou que os pontos em que não houveram consensos  
151 serão levados ao Ministro Manoel Dias, que tomará a decisão que entender mais adequada. Colocou  
152 para a aprovação dos participantes o relatório e a proposta de Portaria, e não havendo nenhum  
153 comentário, os mesmos foram considerados aprovados. Seguindo para o próximo item de pauta:  
154 Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 08, para estudar alternativas  
155 ao ponto eletrônico. O Sr. Luiz Henrique Ramos Lopes informou que não chegaram a um consenso  
156 quanto ao objetivo do Grupo, porém elaboraram um relatório sucinto. Explanou que assumiu a  
157 Coordenação do Grupo da sua metade para o final e que, as Bancadas apresentaram algumas  
158 propostas. Relatou que a discussão foi bastante técnica para encontrar outros instrumentos que  
159 pudessem registrar eletronicamente o ponto e que as Bancadas não concordaram com o Parecer do  
160 INMETRO. Arrazoou que após uma discussão das Bancadas com os técnicos do INMETRO, as  
161 Bancadas apresentaram uma nova proposta, em que o Parecer do INMETRO foi novamente  
162 contrário. Ilustrou que encerraram o GT, vendo que não haveria o consenso entre as Bancadas,  
163 apesar de que os Empregadores e os Trabalhadores estavam consensuados, mas não havendo o  
164 acordo do INMETRO. Comunicou que ainda estão debatendo com o INMETRO para tentar evoluir  
165 com relação à Portaria 1510, para analisar se existem algumas realidades que merecem alguma  
166 atenção especial. O Sr. Pablo Rolim Carneiro compreendeu que o relatório representa plenamente o  
167 que aconteceu no Grupo, o que não afasta o seu lamento pelo resultado e que é interessante que o  
168 Ministério continue com a avaliação. O Sr. Alain Alpin Mac Gregor ponderou que o REP é um  
169 problema e que o Ministério do Trabalho teve mais uma vez oportunidade de solucionar o problema  
170 através da SIT, mas o mesmo não abre mão do REP, mesmo sabendo que não funciona. Notificou  
171 que tiveram uma oportunidade única, em que os Trabalhadores e Empregadores trouxeram  
172 realmente propostas viáveis dentro da realidade de cada setor para que pudessem solucionar alguns  
173 problemas trazidos pelo REP, que infelizmente não foram absorvidas no decorrer das discussões.  
174 Solicitou que seja anexada ao relatório uma manifestação da Bancada dos Empregadores com  
175 relação às discussões para que o Ministro tome conhecimento de todo o conteúdo, que acabou de  
176 expor. O Sr. Pascoal Carneiro articulou que o REP desde quando foi instalado sofreu críticas dos  
177 trabalhadores e dos empresários e inferiu que precisam encontrar alternativas, pois existem  
178 conglomerados de empresa que para o trabalhador sair do seu local de trabalho e registrar o seu  
179 ponto é muito complicado. O Sr. Valeir Ertle inferiu que o REP tem que ser aprimorado e notificou

180 que a Bancada possui o entendimento que existe a possibilidade de elaborar alternativas através de  
181 um acordo coletivo. O Sr. Luís Carlos Barbosa relatou que precisam conscientizar o trabalhador de  
182 que o REP é um mecanismo de proteção para a garantia do princípio de que a jornada de trabalho  
183 efetivamente está registrada e que, nem todo sindicato terá força suficiente em um acordo coletivo.  
184 Destacou que a Força Sindical não concorda com qualquer possibilidade de alteração no registro de  
185 ponto. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida compreendeu que por mais que haja críticas em relação ao  
186 REP, do jeito como é feito, de certa forma, veio buscando solucionar problemas que existiam em  
187 relação à dificuldade de controle de jornada. Arrazoou que infelizmente não houve consenso sobre a  
188 evolução do próprio sistema ou sistemas alternativos e encaminhou para a aprovação do relatório.  
189 Os participantes aprovam o relatório e o Sr. Paulo Sérgio de Almeida seguiu para o item de pauta  
190 seguinte: Manifestação das Bancadas acerca da nova proposta de Anteprojeto de Lei que trata da  
191 Contribuição Sindical Urbana e Rural. O Sr. Admilson Moreira dos Santos discorreu que na última  
192 reunião do CRT fizeram um debate da Minuta até então vigente no Projeto de Lei, sendo que  
193 algumas considerações foram feitas e, com base nas mesmas, o Ministério se comprometeu a  
194 realizar uma reavaliação interna, inclusive com a fiscalização para melhorar o texto. Ponderou que  
195 propuseram em torno de três ou quatro alterações para apresentar, sendo que a primeira foi no  
196 Artigo 10 que trata da questão das informações das contas correntes, que são necessárias para que o  
197 Ministério do Trabalho possa fazer o levantamento do débito, com segurança. Explanou que no  
198 Parágrafo IV previam que para realizar esse levantamento o Auditor Fiscal do Trabalho teria acesso  
199 à conta corrente, mas devido à conta ser utilizada pelas Centrais Sindicais também para depósito de  
200 recursos próprios, gerou um mal-estar. Informou que decidiram retirar o parágrafo 3º e para manter  
201 o princípio, que o Ministério do Trabalho teria acesso às informações para levantamento de débitos,  
202 foi reformulado o parágrafo 2º para não inviabilizar a ação que está sendo feita com a Caixa  
203 Econômica, colocando que essas informações serão prestadas pela Caixa ao Ministério na  
204 frequência que o mesmo entender necessária a pactuar. Então, foi retirado o parágrafo 4º, que previa  
205 o acesso do Auditor Fiscal do Trabalho à conta corrente da Entidade Sindical. Articulou que outras  
206 alterações feitas foram nos Artigos 11 e 13, pois a proposta de texto colocava que o débito seria  
207 levantado estritamente em relação ao valor que é pertinente à Conta Especial Emprego e Salário e  
208 existia a preocupação com relação à questão do enquadramento sindical. Explanou que retiraram do  
209 Artigo 11 a restrição de apenas levantar com respeito a emprego e salário e reformularam o Artigo  
210 13 que também abordava o mesmo item do parágrafo 1º, sendo que foi acrescentado no final do

211 parágrafo 1º o seguinte esclarecimento: “*que fica vedada a indicação de qual entidade sindical que*  
212 *será destinatária os valores apurados.*” Postulou que a última alteração foi com relação à  
213 preocupação com respeito à previsão da CLT de como se dá a forma de gasto do recurso da  
214 contribuição sindical por Entidades Sindicais. Elucidou que a Secretaria propôs uma redação à  
215 semelhança do que acontece hoje com a Lei 11.648 das Centrais Sindicais, sendo que no caso  
216 específico do Sindicato, o mesmo deverá utilizar os recursos da contribuição sindical naquilo que  
217 está previsto no seu estatuto. O Sr. Pascoal Carneiro relatou que a Bancada tem acordo com a ideia  
218 de mérito da cobrança sindical urbana e rural, mas precisam definir uma série de outras  
219 contribuições sindicais que não estão nesse Projeto de Lei. Comentou que quando discutiram nessa  
220 Portaria que se refere ao trabalhador rural, existe um problema no campo, pois parte significativa  
221 dos trabalhadores rurais não é assalariado agrícola e ainda fazer a contribuição sindical a partir de  
222 módulos. Notificou que no dia 20 de maio realizarão um Seminário da Bancada dos Trabalhadores,  
223 com o tema específico de contribuição sindical urbana e rural, autônomos e profissionais liberais.  
224 Por isso, destacou que a Bancada solicita a retirada de pauta desse tema para que possam discutir na  
225 reunião. O Sr. Alain Alpin Mac Gregor compreendeu que é importante levar e analisar com calma  
226 as alterações. O Sr. Admilson Moreira dos Santos acrescentou que o GT teve uma reunião semana  
227 passada com a CONTAG para discutir a questão de como contemplar o valor da contribuição da  
228 agricultura familiar dentro do Projeto de Lei, e que terminando o debate sobre contribuição sindical  
229 de empregadores, autônomos, liberais, agricultura familiar e o que for pertinente, existe a  
230 possibilidade de fazer a junção dos dois projetos. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida arrazoou que  
231 entende que as bancadas solicitaram um prazo adicional para entender as inovações que estão sendo  
232 apresentadas e também às ponderações no sentido de trazer outros debates que estão ocorrendo em  
233 paralelo. Ressaltou que a qualquer tipo de deliberação do Plenário será deixada para a próxima  
234 reunião ordinária do CRT. Prosseguindo para as questões que afetam os limites das atividades dos  
235 demonstradores e promotores de mercadorias em relação à questão da reposição de mercadorias no  
236 segmento do comércio e da indústria. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida discorreu que houve a  
237 aprovação do relatório no Grupo de Trabalho que sugeriu o encaminhamento a ser definido pelo  
238 Conselho quanto aos parâmetros que visam estabelecer um canal de negociação entre as partes  
239 envolvidas, esclarecendo os pontos de divergências em relação a essa atividade. A Sra. Monique  
240 Moura ponderou que houve o seguinte encaminhamento final: “*Recomenda-se ao CRT a definição*  
241 *de parâmetros, visando ao estabelecimento de um evento ao canal de negociação entre as partes*



242 *envolvidas, com um intuito de propor um instrumento por consenso que esclareça os pontos de*  
243 *divergência entre as partes em relação às atividades dos demonstradores de vendas e promotores,*  
244 *e repositórios de mercadorias.”. O Sr. Pablo Rolim Carneiro esclareceu que enviaram uma*  
245 *proposta logo no início de janeiro e inferiu que precisam circulá-la para uma avaliação e depois*  
246 *encaminhar na próxima reunião. O Sr. Pascoal Carneiro articulou que entenderam que seria*  
247 *importante envolver atores importantes como a CONTRACS e a CNTC, o que também não impede*  
248 *uma proposição da Bancada dos Empregadores para poderem analisar. Inferiu que não conseguiram*  
249 *chegar a um entendimento se não mudarem de fato a Mesa de negociação. Após alguns debates, o*  
250 *Sr. Paulo Sérgio de Almeida discorreu que a Secretaria do Conselho circulará a proposta da*  
251 *Bancada dos Empregadores, sendo que havendo alguma proposta alternativa de outras Bancadas ou*  
252 *de outros setores, a mesma organizará em um único texto para apresentação e debate em Plenário.*  
253 *Seguindo para a apresentação do Grupo de Trabalho: Ordem dos Músicos, a Sra. Monique Moura*  
254 *relatou que possuem dois quesitos: o primeiro de referendar a prorrogação que foi realizada, e o*  
255 *segundo a aprovação do relatório conclusivo. Informou que o relatório final foi apresentado nas*  
256 *Câmaras e que o seu objetivo era a criação de uma Nota Contratual Eletrônica. Explanou que no*  
257 *decorrer do Grupo, representante do e-Social participou das reuniões, por entender que poderiam*  
258 *contribuir com essa iniciativa onde foi compreendido que a questão seria um dos eventos que o e-*  
259 *Social está criando. Relatou que na última reunião, a equipe do e-Social se responsabilizou por dar*  
260 *seguimento a essa inserção da Nota Contratual Eletrônica no projeto. O Sr. Manoel Messias*  
261 *Nascimento Melo questionou aos participantes se teria alguém contrário a aprovação do relatório*  
262 *final e, não havendo, considerou-o aprovado. Com relação ao Grupo de Trabalho - Tramitação de*  
263 *Processo, o Sr. Eudes da Silva Carneiro comunicou que esse Grupo foi criado por determinação do*  
264 *Conselho para atender uma demanda do Ministério que se refere à Portaria 326, especificamente ao*  
265 *Artigo 13, que trata da questão de dúvidas sobre a caracterização ou não de uma categoria nova.*  
266 *Comentou que houve uma dúvida, pois encaminhariam o resultado na forma de recomendação para*  
267 *o Ministro, mas quem concederia o registro era o Secretário de Relações do Trabalho. Discorreu*  
268 *que foi discutido no Grupo sobre se o Conselho estaria se transformando em uma nova Comissão de*  
269 *Enquadramento e se seria incluído na discussão a decisão de inclusão em uma eventual tabela de*  
270 *categoria e que na última reunião com os trabalhadores estes trouxeram uma proposta trabalhada em*  
271 *cima da proposta do Governo, que foi enviada por e-mail. Informou que a Bancada dos*  
272 *Empregadores propôs como proposta inicial a revogação do Artigo 13, sendo que a Bancada dos*

273 Trabalhadores e do Governo entendiam que não era o melhor caminho, então os Empregadores  
274 realizaram o seguinte encaminhamento: solicitaram que trouxessem para o Plenário do Conselho a  
275 possibilidade de revogação do Artigo 13, mas por outro lado concordavam também com  
276 encaminhamento da proposta elaborada pela Bancada do Governo, com as modificações  
277 introduzidas pela Bancada dos Trabalhadores. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo articulou  
278 que após as últimas reuniões do Grupo, iriam tomar uma decisão do Conselho e o Ministério  
279 adotaria um procedimento com base no resultado da discussão no Conselho e explicou que quando  
280 tem uma preliminar em que os Empregadores colocaram que é a hipótese de se excluir da Portaria  
281 nº 326 o rito de consulta ao Conselho, em caso de dúvida sobre alguma categoria, ou seja, ficar com  
282 uma decisão administrativa do Ministério no seu papel de registro sindical, atribuído pelo Supremo,  
283 até que tenha uma lei que regulamente o registro. Postulou que existe uma preliminar dos  
284 Empregadores e dos Trabalhadores, que é a simplificação do regimento para que a Câmara  
285 encaminhe direto a sua recomendação para o Ministro sem ser submetido ao Conselho, e a segunda  
286 preliminar é de que o faça diretamente ao Secretário para simplificar o procedimento. Afirmou que  
287 não esteve na última reunião da Câmara, tanto dos Empregadores como todos Trabalhadores, mas  
288 foi informado que na Câmara Bipartite dos Empregadores demonstrou-se um avanço na construção  
289 de uma eventual tabela e da compreensão de como se conviveria essa tabela de referência com o  
290 Quadro de Atividades e Profissões, e que na Câmara Bipartite dos Trabalhadores avançaram no  
291 mapeamento dos relacionamentos do CNES com o art. 577 e que será realizada uma nova reunião  
292 com o DIEESE para validar o que foi feito com o cruzamento das duas tabelas. Comunicou que há  
293 uma compreensão do Ministério de não transformar o CRT em uma Comissão de Enquadramento  
294 Sindical. O Sr. Agilberto Seródio ressaltou que não há consenso na questão relativa à revogação do  
295 Artigo 13 da Portaria e o Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch arrazoou que realizaram uma reunião  
296 preliminar, pela manhã, em que resultou nas seguintes orientações: uma de levar em consideração a  
297 discussão sobre o novo Conselho e outra de que deve estar claro qualquer ponto que envolva a  
298 tabela de categorias e a parte de tramitação. Compreendeu que a premissa básica é o fortalecimento  
299 do Conselho e discorreu que a Bancada estaria mantendo a posição de revogação do Artigo 13.  
300 Informou que a alternativa seria avaliarem a questão da discussão no Conselho e retornar esse  
301 assunto, ou encaminhar as duas situações com uma Resolução para que o Ministro tome a decisão  
302 em relação a qual a melhor forma de condução. O Sr. Luís Carlos Barbosa ponderou que  
303 reforçariam que fosse feito previamente por encaminhamento ao CRT antes da publicação para que

304 possam encaminhar sem qualquer problema. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo articulou que  
305 não agrada à Bancada do Governo manter esse tema em discussão no Conselho e sugeriu que sigam  
306 a alternativa do Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch de registrar a proposta que foi construída no GT,  
307 levando ao Ministro a proposta dos Empregadores de revogação do Artigo 13 e dos Trabalhadores  
308 de manutenção do Artigo 13, alterando-se os mecanismos. Os participantes concordam com o  
309 encaminhamento e o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo seguiu para o último item de pauta que  
310 trata sobre o art. 477. Postulou que seriam apresentadas as preocupações e as novas proposições e  
311 que, após as duas Câmaras serem ouvidas, seria verificado se a apresentação se transformaria em  
312 uma proposta eventual de revisão do 477, decidindo se o debate seria no Pleno ou em um Grupo  
313 instituído para esse fim. Comentou que aprovaram a criação do Grupo, mas o mesmo estaria  
314 suspenso para discussões preliminares nas Câmaras Bipartites para apresentação posteriormente de  
315 forma tripartite. Seguindo para os informes, o Sr. Eudes da Silva Carneiro comunicou que o  
316 Ministro alterou a Portaria do CRT permitindo a recondução dos membros do Conselho e que  
317 enviara um *e-mail* de recondução dos membros do Conselho, das Câmaras e dos Grupos,  
318 estabelecendo-se como prazo de resposta o dia 15 de maio, pois precisa publicar essa Portaria até o  
319 dia 29 de maio. Lembrou que na próxima reunião das Câmaras e do Conselho haverá a eleição dos  
320 Novos Presidentes e dos Coordenadores e respectivos suplentes, e do próprio Pleno. Informou que a  
321 próxima reunião do Pleno será no dia 16 de julho. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo indagou  
322 se seria possível manter na pauta da próxima reunião a questão da economia solidária e do  
323 Conselho, pois a discussão é importante para o Ministério para ajudar a destravar a regulamentação  
324 de uma lei que está pendente. O Sr. Eudes da Silva Carneiro esclareceu que na próxima reunião  
325 serão tratados quatro pontos, dentre eles a apresentação da economia solidária, Conselho, escolha  
326 dos Presidentes e Coordenadores, e os temas para 2015. Seguindo para a aprovação das Atas da 21<sup>a</sup>  
327 e 22<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias do CRT, os participantes aprovaram as mesmas por unanimidade. O Sr.  
328 Manoel Messias Nascimento Melo informou que realizaram em março a suspensão do registro  
329 sindical das entidades sindicais dos empregadores que não atualizaram seus mandatos há mais de  
330 cinco anos, e dos autônomos e dos profissionais liberais em maio, sendo que em junho serão  
331 cancelados os registros das Entidades Sindicais dos Trabalhadores e em seguida será publicada uma  
332 nova modificação de todas aquelas notificadas e que há mais de quatro anos estão sem atualização.  
333 Explicou que em janeiro de 2016 não querem que as entidades que não tenham mais de quatro anos  
334 recebam sua contribuição sindical. Informou também que a Portaria 326, revisada, deve estar sendo

335 editada nos próximos dias, visto que passarão a ter a possibilidade de fazer anúncios dizendo  
336 quais são as documentações específicas para reconhecimento de pertencimento a uma categoria  
337 determinada categoria. Explanou que terão uma conversa com a CONTAG, CNA e outros  
338 segmentos da representação dos trabalhadores para analisar a documentação do mundo rural, que é  
339 um pouco diferente da questão da formalização dos urbanos. **ENCERRAMENTO:** O Sr. Manoel  
340 Messias Nascimento Melo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

341 Manoel Messias Nascimento Melo - SRT/MTE \_\_\_\_\_

342 Alex Sandro Gonçalves Pereira - GM/MTE \_\_\_\_\_

343 Paulo Sérgio de Almeida - SIT/MTE \_\_\_\_\_

344 Danielle Kineipp de Souza - SPPE/MTE \_\_\_\_\_

345 Eudes da Silva Carneiro - SRT/MTE \_\_\_\_\_

346 Mariana Ulhoa de Faria Quintaneiro - SE/MTE \_\_\_\_\_

347 Roberto Marinho Alves da Silva - SENAES/MTE \_\_\_\_\_

348 Pascoal Carneiro – CTB \_\_\_\_\_

349 Wagner Gomes – CTB \_\_\_\_\_

350 Valeir Ertle – CUT \_\_\_\_\_

351 Elias D’Ângelo Borges – CUT \_\_\_\_\_

352 Luís Carlos Silva Barbosa – FS \_\_\_\_\_

353 Sebastião José da Silva – NCST \_\_\_\_\_

354 Marcello José Pinho Filho – CNI \_\_\_\_\_

355 Rafael Ernesto Kieckbusch – CNI \_\_\_\_\_

356 Willian Soares de Oliveira – CNCOOP \_\_\_\_\_

357 João Adilberto Pereira Xavier – CNS \_\_\_\_\_

358 Danilo Piva Junior – CNTUR \_\_\_\_\_

359 Alain Alpin Mac Gregor – CNC \_\_\_\_\_

360 Magnus Ribas Apostólico – CONSIF \_\_\_\_\_

361 Pablo Rolim Carneiro – CNI \_\_\_\_\_